

Comitê de SP inicia os trabalhos

Da Reportagem Local

Nos próximos 43 dias, o comitê São Paulo-região Sul da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que iniciará seus trabalhos nesta semana, reunirá sugestões da sociedade civil à Assembléia Nacional Constituinte. O jurista Miguel Reale Jr., 41, membro do comitê, solicitou ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, a liberação da Procuradoria-Geral em São Paulo, como local de remessa de correspondência para o comitê.

Esta medida, que possibilitaria o recebimento de propostas escritas, facilitaria o trabalho dos membros do comitê, que além de considerarem o tempo curto para o recebimento de sugestões da sociedade, começam a receber dezenas de telefonemas e convites para debates.

No final da primeira fase de trabalho, cada comitê regional apresentará um relatório com as conclusões das sugestões recebidas à Comissão Provisória. "Mas, mesmo na segunda fase de trabalho, as seccionais continuarão sendo um canal de participação da sociedade", disse Reale Jr. O comitê é formado por nove paulistas, um paraense e um catarinense — Paulo Brossard integra o comitê de Brasília e Rosah Russomano, o do Rio de Janeiro - e coordenado por Miguel Reale.

O comitê pretende angariar contribuições de segmentos específicos da sociedade. A advogada paulista Flo-

risa Verucci, 43, deve realizar uma reunião nesta semana com líderes dos movimentos de mulheres no Estado. Lamounier dirigirá cartas a intelectuais e lideranças sociais em busca de sugestões.

"O importante, neste momento, é possibilitar um amplo acesso à sociedade", defende Reale Jr. Assim, segundo ele, a discussão não ficará restrita aos oito tópicos - Federação, Poderes, Direitos e Garantias individuais, Economia, Sociedade, Educação/Saúde e Comunicação Social, Cultura/Ciência e Tecnologia e Defesa Nacional/Preservação do Regime Democrático - fixados pela Comissão Provisória. Segundo Bolivar Lamounier, os temas "são apenas um roteiro básico, sujeito a reformulações".

Sobre as críticas que a comissão vêm recebendo, Reale Jr. disse que todo mundo tem direito a contribuir para a Assembléia Constituinte. "Por que a restrição ao Executivo?", questionou. Para ele, as pessoas que criticam querem retirar dos outros o direito que atribuem a si próprios. "É uma ousadia", concluiu.

Lamounier disse que as críticas formuladas pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte significam uma posição "purista" e que "a tese do Plenário é de difícil viabilização". Mais razoável, segundo ele, é investir nos partidos políticos, restringir o poder econômico na eleição dos constituintes e viabilizar o Congresso Constituinte.